



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE INOVAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RELATÓRIO FINAL

Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação no Rio Grande do Sul

Porto Alegre

2024

Conferência Estadual de CT&I – Rio Grande do Sul

Data: 07/03/2024 das 09h às 18h

Local: Porto Alegre - Campus da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Eixo 1 – Recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de CT&I

Coordenador: Jorge Audy (PUCRS)

Relator: Silvio Bittencourt (UNISINOS)

Painelistas: Simone Stülp (SICT/RS e UNIVATES), Luciano Schuch (UFSM), Danilo Giroldo (FURG), Rafael Henn (UNISC) e Flávia Twardowski (IFRS)

I. Apresentações

Na abertura do evento, o professor Jorge Luis Nicolas Audy, da PUCRS, deu as boas-vindas aos participantes, destacando a presença dos reitores como um sinal de união e colaboração entre as instituições de ensino superior. Ele introduziu o tema do painel relacionado ao Eixo I do evento, que tratava da integração entre universidades e empresas, e delineou a agenda do dia, ressaltando a importância das discussões para alimentar a próxima Conferência Regional Sul, agendada para os dias 25 e 26 de abril de 2024 em Curitiba - PR.

Em seguida, a Secretária Simone Stülp, da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do estado do Rio Grande do Sul, fez uma apresentação detalhada sobre o compromisso do Governo do Estado em fortalecer a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para impulsionar a recuperação e expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). A Secretária compartilhou informações sobre o trabalho da SICT/RS em seu plano estratégico, enfatizando a continuidade dos esforços em CT&I ao longo do tempo e os programas que contribuíram para isso, como o Programa de Apoio aos Polos de Inovação Tecnológica e o Inova RS. Além disso, ela detalhou o planejamento estratégico da Sict para o período de 2023 à 2026, abrangendo áreas como competitividade em setores estratégicos, transição energética, reconversão tecnológica, cidades inteligentes e inovação social. Também destacou o projeto "Rotas da Inovação", que visa fortalecer os laços com a quádrupla hélice (governo, iniciativa privada, academia e sociedade civil) em oito ecossistemas de inovação do estado.

A Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFRS, Flávia Santos Twardowski Pinto, fez uma retrospectiva sobre os Institutos Federais (IFs), destacando sua natureza pluricurricular e multicampi, com foco na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em diferentes níveis e modalidades. Ela enfatizou a obrigatoriedade dos IFs em garantir um

mínimo de vagas para cursos técnicos de nível médio e para licenciaturas, além de programas de formação pedagógica. Exemplos de conquistas dos IFs foram compartilhados, como projetos premiados e infraestrutura de laboratórios. A Pró-reitora também apresentou o Escritório de Projetos e o Integra – Portal de Inovação, que visam promover parcerias externas e a execução de projetos de pesquisa e inovação.

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Danilo Giroldo, delineou desafios como a necessidade de marcos legais robustos, a interiorização do sistema e a modernização da abordagem de ciência básica e aplicada. Ele destacou a importância da articulação com os governos estaduais e municipais e com a sociedade civil para promover o desenvolvimento do SNCTI.

O Reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Luciano Schuch, enfatizou a importância de políticas públicas de financiamento de longo prazo para CT&I e propôs mudanças na carreira de Mestres e Doutores para incluir oportunidades nas empresas. O Reitor também discutiu a extensão da pós-graduação para promover o empreendedorismo e a inovação, bem como a melhoria da qualidade da formação.

Por fim, o Reitor da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), Rafael Frederico Henn, explorou o modelo comunitário na educação superior, destacando sua regulamentação recente no Brasil e seu histórico papel na formação de profissionais brasileiros. Ele destacou a necessidade de mais políticas de fomento e de mudanças na perspectiva da carreira de Mestres e Doutores para incluir empresas privadas.

II. Discussões em grupos

Os participantes do evento foram divididos em quatro Grupos de Trabalho, cada um focado em contribuir para a 5ª Conferência Nacional no Eixo I, que aborda a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Grupo 1 - Infraestrutura: o grupo abordou a condição precária dos laboratórios, a escassez de pessoal técnico qualificado e a distribuição descentralizada de recursos, destacando desafios significativos. Propuseram a instituição de carreiras específicas para a gestão de infraestrutura de laboratórios, políticas de compartilhamento de recursos e melhorias na administração financeira de projetos de pesquisa. Além disso, enfatizaram a necessidade de um planejamento estratégico de longo prazo, alinhado com políticas orientadas por missões de longo prazo, visando promover uma infraestrutura mais sólida e eficiente.

Grupo 2 - Formação de Recursos Humanos: o grupo ressaltou a carência de profissionais qualificados desde o Ensino Médio até a Pós-Graduação. Recomendaram programas de formação contínua com financiamento garantido, visando suprir essa demanda. Também discutiram a importância da interdisciplinaridade nos programas de Pós-Graduação, alinhados com o Plano Nacional de Pós-Graduação, como uma forma de preparar profissionais mais versáteis e adaptáveis às necessidades do mercado e da sociedade.

Grupo 3 - Transferência de Tecnologia e Propriedade Intelectual: o grupo concentrou-se na importância da formação continuada nessa área e no papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) na promoção da inovação e na transferência de tecnologia para o setor empresarial e a sociedade em geral. Destacaram a necessidade de fortalecer esses núcleos e de desenvolver políticas que incentivem a colaboração entre instituições de pesquisa, universidades e empresas.

Grupo 4 - Arcabouço Legal: este grupo abordou as lacunas existentes nas regulamentações relacionadas ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Propuseram uma atualização abrangente do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação para garantir a coerência e continuidade das práticas e processos. Também salientaram a importância de manter eventos como a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação como parte integrante do arcabouço legal, fornecendo um espaço essencial para discussões e colaborações no campo da ciência e tecnologia.

III. Recomendações

Grupo I - Infraestrutura:

1. Instituição de carreiras específicas para gestão de laboratórios;
2. Desenvolvimento de políticas de compartilhamento de recursos;
3. Melhoria na administração financeira de projetos de pesquisa;
4. Elaboração de um planejamento estratégico de longo prazo alinhado com políticas orientadas por missões de longo prazo.

Grupo II - Formação de Recursos Humanos:

5. Implementação de programas de formação contínua desde o Ensino Médio até a Pós-Graduação;
6. Estímulo à interdisciplinaridade nos programas de Pós-Graduação;
7. Alinhamento com o Plano Nacional de Pós-Graduação para formar profissionais versáteis e adaptáveis.

Grupo III - Transferência de Tecnologia e Propriedade Intelectual:

8. Fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs);
9. Desenvolvimento de políticas que incentivem a colaboração entre instituições de pesquisa, universidades e empresas.

Grupo IV - Arcabouço Legal:

10. Atualização abrangente do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
11. Manutenção de eventos como a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação como parte integrante do arcabouço legal.

Conferência Estadual de CT&I – Rio Grande do Sul

Data: 07/03/2024 das 09h às 18h

Local: Porto Alegre - Campus da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Eixo 2 – Reindustrialização em Novas Bases e Apoio à Inovação nas Empresas

Coordenador: Vinícius Martins (Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul)

Relator: Diego Moraes (SICT/RS)

Painelistas: César Ferreira (Randoncorp), Cláudio Gastal (Badesul), Vinícius Farias (UFPel), Cássio Soares (Braskem) e Leonardo Rocha (SENAI)

I. Apresentações

O evento teve início com uma explicação geral sobre a dinâmica do dia pelo coordenador e relator, seguida por uma série de cinco apresentações realizadas pelos painelistas convidados. César Ferreira, CTIO da Randoncorp, começou destacando o Instituto Hercílio Randon (IHR) como um exemplo notável de pesquisa básica dentro da empresa, evidenciando seu sucesso em termos de depósito de patentes, presença de pesquisadores doutores e cooperação com universidades. Ele ressaltou que o IHR ocupou o terceiro lugar no ranking de maiores depositantes de patentes de invenção no Brasil em 2023, atrás apenas de grandes empresas como Fiat e Petrobras. Uma conclusão importante foi a sugestão de estabelecer unidades de pesquisa associadas às grandes empresas de tecnologia para facilitar a colaboração entre a indústria e as universidades.

Cláudio Gastal, Presidente do Badesul, abordou os programas de fomento a startups e inovação no Estado do Rio Grande do Sul. Ele destacou os desafios enfrentados pela agência para subsidiar mais ativamente atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a necessidade de ajustes regulatórios, como mudanças na Resolução 2828 do Banco Central, para permitir investimentos em empresas estaduais e maior flexibilização nos tipos de investimentos. Vinícius Farias, Superintendente de Inovação e Desenvolvimento Institucional da UFPel, discutiu o papel das universidades no ecossistema de inovação, utilizando o exemplo da UFPel. Ele enfatizou a necessidade de estreitar laços entre universidades e empresas para facilitar a transferência de tecnologia, apontando desafios como a falta de interação entre pesquisadores e o setor empresarial, e sugeriu atualizações nas métricas dos programas de pós-graduação para incluir mais indicadores de resultado e inovação.

Cássio Soares, analista sênior de tecnologias digitais da Braskem, apresentou o foco da empresa em inovação e desenvolvimento tecnológico, especialmente em soluções sustentáveis. Ele destacou a importância da colaboração público-privada para abordar questões de interesse coletivo, como economia circular e neutralidade de carbono.

Leonardo Rocha, pesquisador chefe do Instituto SENAI de Inovação, falou sobre a divisão de tecnologia e inovação do SENAI RS, com ênfase em agricultura digital. Ele compartilhou os esforços do instituto para estabelecer um centro de competência nessa área, evidenciando a importância de associações para impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento em tecnologias de fronteira e promover a colaboração entre universidades e indústrias.

II. Manifestações

Após as apresentações dos painelistas, o público teve a oportunidade de expressar suas opiniões e reflexões sobre os temas abordados. Alguns participantes destacaram a dificuldade de promover uma maior integração entre a indústria e a academia, apontando que atualmente a academia valoriza mais a produção bibliográfica do que a produção tecnológica, como patentes. Sugere-se que a transformação do depósito e concessão de patentes em indicadores de resultado dos programas de pós-graduação poderia incentivar a inovação na academia, mas há desafios, como a dificuldade de avaliar a verdadeira inovação por trás das patentes devido ao sigilo envolvido.

Outro ponto levantado foi a falta de reconhecimento por parte das empresas da importância de mestres e doutores em seus quadros de funcionários. Recomenda-se uma melhor divulgação por parte de instituições como a CAPES sobre as funções e relevância desses profissionais para a indústria. Também foi mencionada a aversão do setor produtivo aos resultados negativos da pesquisa acadêmica e a necessidade de políticas públicas que incentivem parcerias entre empresas e universidades, considerando a realidade local.

Além disso, destacou-se a importância de alinhar as métricas dos órgãos de fomento para incluir indicadores de pesquisa com empresas e impacto real na sociedade, e de mudar a percepção de que mestrado e doutorado são apenas para formar professores e acadêmicos, em vez de mão de obra qualificada para a indústria. Uma estratégia sugerida para abordar esses desafios é incentivar as empresas a estabelecerem unidades de pesquisa autônomas, semelhantes ao IHR da Randoncorp, para facilitar a colaboração entre empresas e academia, assim como os parques tecnológicos fazem pelo lado das universidades.

III. Discussão em grupos

Após as apresentações iniciais, os participantes foram organizados em três grupos temáticos para uma discussão mais aprofundada, como será detalhado a seguir.

Grupo 1 - Colaboração entre universidades e empresas: Neste grupo, a discussão sobre a integração entre empresas e instituições de ensino superior foi bastante abrangente. Os participantes exploraram diversas estratégias para promover uma colaboração mais efetiva. Entre os pontos discutidos, destacaram a necessidade de sensibilizar as empresas sobre o papel fundamental de mestres e doutores na pesquisa e desenvolvimento. Propuseram medidas concretas, como o reconhecimento oficial da função de pesquisador e a possível regulamentação profissional, buscando incluir mestres e doutores nesse contexto. Também foram debatidas formas de simplificar processos burocráticos para facilitar a colaboração, incluindo a modernização de legislações e a criação de *sandbox* regulatórios para instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento. Além disso, discutiu-se a importância de estabelecer um elo dentro das empresas para promover a conexão com as universidades, visando facilitar a transferência de conhecimento e tecnologia.

Grupo 2 - Instrumentos e mecanismos de fomento à inovação: Neste grupo, os participantes exploraram diversas estratégias para impulsionar o desenvolvimento tecnológico e econômico. A discussão abordou a importância da abordagem da quádrupla hélice, reconhecendo o papel fundamental de governos, empresas, academia e sociedade civil na promoção da inovação. Foi discutida a necessidade de uma regulamentação eficaz dos instrumentos de fomento existentes, incluindo iniciativas legislativas para criar um ambiente mais propício à inovação. Além disso, os participantes destacaram a relevância dos executivos municipais no desenvolvimento e implementação de novos instrumentos, citando exemplos como o programa de startups de Gravataí. Outros pontos discutidos incluíram a importância de direcionar incentivos fiscais estrategicamente, valorizar a infraestrutura pública de pesquisa e promover políticas do lado da demanda, como compras públicas de inovação (CPI).

Grupo 3 - Investimentos empresariais em inovação: Neste grupo, os participantes debateram estratégias para atrair investimentos e promover o desenvolvimento industrial. A discussão centrou-se na Nova Indústria Brasil como uma oportunidade para novos investimentos, com destaque para a necessidade de equilibrar o desenvolvimento local e a importação. Foram discutidas políticas para incentivar a nacionalização de equipamentos e estratégias de política industrial orientadas à exportação. Também foi destacada a importância de atrair novos negócios para impulsionar a economia, mencionando o papel das agências de desenvolvimento nesse processo.

IV. Recomendações

Integração entre empresas e instituições de ensino superior:

1. Estabelecer parcerias estratégicas e colaborativas entre empresas e instituições acadêmicas, incentivando a co-criação de soluções inovadoras;
2. Reconhecer a expertise e o papel dos mestres e doutores na pesquisa e desenvolvimento, promovendo regulamentações que facilitem sua integração com o setor produtivo;
3. Incentivar a transferência de conhecimento e tecnologia através de redes de cooperação, programas de intercâmbio e projetos conjuntos de pesquisa.

Instrumentos e mecanismos de fomento à inovação:

4. Adotar uma abordagem abrangente e inclusiva, envolvendo todos os atores relevantes, como governos, empresas, academia e sociedade civil;
5. Customizar políticas e programas de acordo com as características e necessidades específicas de cada região, reconhecendo suas particularidades e potenciais;
6. Valorizar e fortalecer os ecossistemas de inovação locais, criando ambientes propícios ao surgimento e crescimento de startups e empresas inovadoras.

Investimentos empresariais em inovação:

7. Estimular o empreendedorismo e a internacionalização das empresas, oferecendo incentivos fiscais e programas de apoio à exportação;
8. Desenvolver um ambiente regulatório claro e favorável aos negócios, com procedimentos simplificados e apoio às parcerias entre o setor público e privado;
9. Encorajar a diversificação da base produtiva, identificando e explorando nichos de mercado promissores para impulsionar a competitividade das empresas nacionalmente e globalmente.

Conferência Estadual de CT&I – Rio Grande do Sul

Data: 07/03/2024 das 09h às 18h

Local: Porto Alegre - Campus da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Eixo 3 – Ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais

Coordenadores: Odir Dellagostin (FAPERGS e UFPel) e Angela Wyse (SBPC e UFRGS)

Relator: Marcelo Lamers (UFRGS)

Painelistas: Carlos Alexandre Netto (UFRGS), José Muelbert (FURG), Jefferson Cardia Simões (UFRGS) e Luis Carlos Federizzi (UFRGS)

I. Apresentações

Na área temática de Saúde, a apresentação se debruçou sobre uma análise detalhada acerca da relevância do estado do Rio Grande do Sul como um polo de excelência em geração de conhecimento na área da saúde. Com 11 dos 20 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) locais dedicados à saúde, o estado se destaca como referência nacional. O painalista, Prof. Carlos Alexandre Netto, ressaltou a importância de políticas de financiamento de médio e longo prazo para garantir a manutenção e expansão dessa excelência. Além disso, foram propostas iniciativas para reforçar os programas institucionais, promover a formação e retenção de profissionais qualificados e estabelecer temáticas prioritárias de pesquisa em saúde, incluindo doenças degenerativas, câncer, medicina personalizada, entre outros.

Na área temática de Ciências Agrárias, a apresentação abordou os desafios enfrentados pelo Brasil na produção agropecuária, com ênfase na região Sul do país. O Prof. Luis Carlos Federizzi destacou a necessidade premente de desenvolver a ciência local para considerar as peculiaridades do Brasil, assim como capacitar e formar profissionais para aplicar e comunicar novas tecnologias. Foram propostas estratégias para intensificar os sistemas de produção agropecuários no trópico e subtropical, garantir sua sustentabilidade com base na ciência local e acelerar a transição para métodos mais biológicos. Além disso, enfatizou-se a importância da comunicação eficaz com a sociedade sobre as práticas agrícolas e a formação de líderes alinhados com as novas demandas tecnológicas, como Inteligência Artificial.

Na área temática de Clima e Ciências do Mar, as apresentações dos Professores Jefferson Cardia Simões e José Muelbert discutiram os impactos das mudanças climáticas e da exploração dos recursos marinhos, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul. Com a proximidade geográfica e as conexões com a Antártica e o Atlântico Sul, o estado é diretamente afetado por

esses fenômenos. Foram sugeridas medidas para abordar as consequências das mudanças climáticas na economia e sociedade, garantir a segurança ambiental e explorar novas áreas de pesquisa e desenvolvimento. A cooperação internacional também foi destacada como essencial para enfrentar os desafios globais relacionados aos oceanos.

II. Discussão em grupo

Durante a discussão em grupo, os participantes se reuniram para analisar detalhadamente os cenários apresentados, buscando compreender os desafios e oportunidades que se delineavam. Inicialmente, cada participante compartilhou suas percepções e experiências relacionadas às áreas de ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para uma visão mais abrangente do contexto em que estavam inseridos. Os presentes, representando uma diversidade de instituições e setores da sociedade, como universidades, empresas, organizações da sociedade civil e governo, trouxeram diferentes pontos de vista e perspectivas para enriquecer a discussão. Ao longo da discussão, os participantes debateram as implicações dos cenários apresentados e discutiram possíveis abordagens e estratégias para enfrentar os desafios identificados, envolvendo análise de políticas existentes, identificação de lacunas e oportunidades de melhoria, e reflexão sobre as melhores práticas em diferentes contextos nacionais e internacionais. As propostas prioritárias que emergiram refletiram um consenso alcançado durante a discussão e estavam alinhadas com as necessidades e aspirações do grupo. O fortalecimento e a ampliação da cultura científica e tecnológica, assim como a promoção da interação universidade-empresa, foram identificados como fundamentais para impulsionar a inovação e o desenvolvimento. Além disso, a legitimação da ciência, tecnologia e inovação perante a sociedade foi reconhecida como um elemento crucial para promover a confiança e o engajamento público.

A implementação efetiva do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação foi destacada como uma prioridade, assim como a necessidade de regularizar e incentivar a compra pública de novas tecnologias geradas no ambiente acadêmico. Os participantes também reconheceram a importância de aproximar as pesquisas básicas das pesquisas multidisciplinares tecnológicas aplicadas, bem como de fortalecer as parcerias entre governo, academia, empresa e sociedade para impulsionar a inovação de maneira colaborativa e sustentável.

Por fim, a discussão em grupo foi caracterizada por um espírito colaborativo e construtivo, com os participantes trabalhando juntos para identificar soluções inovadoras e orientadas para o futuro. O resultado final foi um conjunto de propostas que representam uma visão

compartilhada sobre as prioridades e direções estratégicas para o avanço da ciência, tecnologia e inovação no país.

III. Recomendações

1. Fortalecer e ampliar a cultura científica e tecnológica e fomentar a interação universidade-empresa;
2. Legitimar a Ciência, Tecnologia e Inovação frente à sociedade;
3. Implementar, de forma efetiva, o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
4. Regularizar e incentivar a compra pública de novas tecnologias geradas no ambiente acadêmico;
5. Incentivar a aproximação das pesquisas básicas das pesquisas multidisciplinares tecnológicas aplicadas;
6. Fortalecer a Tripla-hélice (governo-academia-empresa) e a Quádrupla-hélice (governo-academia-empresa-sociedade) da inovação.

Conferência Estadual de CT&I – Rio Grande do Sul

Data: 07/03/2024 das 09h às 18h

Local: Porto Alegre - Campus da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Eixo 4 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Coordenador: Ruben Oliven (ABC e UFRGS)

Relator: Sergio Schneider (UFRGS)

Painelistas: Lorena Fleury (UFRGS), André Marengo (UFRGS) e Sergio Schneider (UFRGS)

I. Apresentações

A apresentação de Lorena Flery, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, começou com a afirmação de que não existe apenas uma única ciência, mas sim várias ciências. Destacou também a importância de compreender as ciências como produtos da sociedade, resultantes de uma coprodução entre ciência e sociedade. Lorena abordou o atual processo de reconstrução da ciência, destacando a crise de financiamento recente e a queda na credibilidade da população em relação à ciência. Ela mencionou estudos que mostram que, embora a população confie na ciência como um valor abstrato, houve uma redução na prevalência dessa confiança nos últimos tempos. Um dos principais desafios apontados por Lorena foi a restauração da confiança na ciência, destacando o papel das universidades nesse processo. Ela também trouxe à tona questões sobre a relação entre formação científica e carreira acadêmica, especialmente para doutorandos.

Na sequência, André Marengo dos Santos, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS, abordou o papel das ciências sociais na ciência brasileira. Ele enfatizou que as ciências sociais têm um papel estratégico a desempenhar e propôs a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma agenda para as ciências sociais. Marengo destacou que, embora o sistema científico brasileiro seja relativamente robusto e tenha uma boa infraestrutura institucional, ainda enfrenta desafios, como a endogenia. O professor defendeu a necessidade de uma abordagem mais flexível e mencionou a importância de estabelecer missões para a ciência brasileira, seguindo uma perspectiva orientada por missões.

Por fim, Sergio Schneider, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, ressaltou o papel da ciência em períodos de crise, especialmente em meio à acelerada transição demográfica pela qual o Brasil está passando. Ele destacou a urbanização da população e as mudanças na pirâmide etária como elementos importantes desse processo. Sergio também

mencionou o impacto das mudanças climáticas na produção de alimentos e a necessidade de repensar o modelo de agricultura para enfrentar os desafios futuros. Ele enfatizou a importância de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 como uma referência para as ações futuras.

II. Discussão em grupo

Após as apresentações, a discussão em grupo contou com a participação de diversos perfis, incluindo líderes comunitárias engajadas em iniciativas de disseminação de tecnologias, representantes acadêmicos e profissionais atuantes em projetos sociais. Uma professora do IFRS destacou a utilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como orientadores de ação em sua instituição, enquanto outra professora da UFCSPA ressaltou o foco em pessoas afetadas por eventos climáticos, especialmente os desfavorecidos que necessitam de assistência.

Houve um comentário sobre a apresentação matinal de Márcia Barbosa, que não abordou suficientemente o papel das ciências sociais. A questão da disseminação do conhecimento científico foi apontada como um desafio, enfatizando a necessidade de recursos financeiros para tornar os resultados científicos acessíveis a diferentes segmentos da sociedade.

Surgiram sugestões para os projetos de pesquisa destacarem sua aplicabilidade e potencial impacto, respondendo a perguntas como, por exemplo, quem será beneficiado, como será implementado e de que forma. Ficou evidente que ninguém deseja restringir o papel dos pesquisadores de alto nível, mas sim aprimorar a forma como o conhecimento científico é comunicado e disseminado para a sociedade.

Todos concordaram sobre a importância da ciência desempenhar um papel relevante em questões socialmente importantes, como segurança alimentar, e destacaram a necessidade de diálogo com outros agentes, incluindo a indústria e organizações sociais, para garantir que a ciência retorne à sociedade de maneira eficaz.

III. Recomendações

1. Priorizar recursos financeiros para a disseminação do conhecimento científico em diferentes segmentos da sociedade;
2. Indicar, nos projetos de pesquisa, claramente sua aplicabilidade e potencial impacto, respondendo perguntas específicas sobre beneficiários e métodos de implementação;

3. Garantir que pesquisadores de alto nível continuem exercendo seu papel, mas aprimorar a comunicação e a disseminação do conhecimento científico para alcançar a sociedade de maneira eficaz;
4. Fortalecer o papel da ciência em questões socialmente relevantes, como segurança alimentar, por meio de diálogo e colaboração com outros agentes, incluindo a indústria e organizações sociais.

Conferência Estadual de CT&I – Rio Grande do Sul

Data: 07/03/2024 das 09h às 18h

Local: Porto Alegre - Campus da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Lista final das recomendações para o fortalecimento da CT&I no Brasil levantadas na Conferência Estadual do RS

1. Instituir carreiras específicas para gestão de laboratórios.
2. Desenvolver políticas de compartilhamento de recursos.
3. Melhorar a administração financeira de projetos de pesquisa.
4. Elaborar um planejamento estratégico de longo prazo alinhado com políticas orientadas por missões de longo prazo.
5. Implementar programas de formação contínua desde o Ensino Médio até a Pós-Graduação.
6. Estimular a interdisciplinaridade nos programas de Pós-Graduação.
7. Alinhar o Plano Nacional de Pós-Graduação para formar profissionais versáteis e adaptáveis.
8. Fortalecer os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs).
9. Desenvolver políticas que incentivem a colaboração entre instituições de pesquisa, universidades e empresas.
10. Atualizar o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
11. Manter eventos como a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação como parte integrante do arcabouço legal.
12. Estabelecer parcerias estratégicas e colaborativas entre empresas e instituições acadêmicas, incentivando a co-criação de soluções inovadoras.
13. Reconhecer a expertise e o papel dos mestres e doutores na pesquisa e desenvolvimento, promovendo regulamentações que facilitem sua integração com o setor produtivo.
14. Incentivar a transferência de conhecimento e tecnologia através de redes de cooperação, programas de intercâmbio e projetos conjuntos de pesquisa.
15. Adotar uma abordagem abrangente e inclusiva, envolvendo todos os atores relevantes, como governos, empresas, academia e sociedade civil.
16. Customizar políticas e programas de acordo com as características e necessidades específicas de cada região, reconhecendo suas particularidades e potenciais.
17. Valorizar e fortalecer os ecossistemas de inovação locais, criando ambientes propícios ao surgimento e crescimento de startups e empresas inovadoras.

18. Estimular o empreendedorismo e a internacionalização das empresas, oferecendo incentivos fiscais e programas de apoio à exportação.
19. Desenvolver um ambiente regulatório claro e favorável aos negócios, com procedimentos simplificados e apoio às parcerias entre o setor público e privado.
20. Encorajar a diversificação da base produtiva, identificando e explorando nichos de mercado promissores para impulsionar a competitividade das empresas nacionalmente e globalmente.
21. Fortalecer e ampliar a cultura científica e tecnológica e fomentar a interação universidade-empresa.
22. Legitimar a Ciência, Tecnologia e Inovação frente à sociedade.
23. Implementar, de forma efetiva, o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
24. Regularizar e incentivar a compra pública de novas tecnologias geradas no ambiente acadêmico.
25. Incentivar a aproximação das pesquisas básicas das pesquisas multidisciplinares tecnológicas aplicadas.
26. Fortalecer a Tripla-hélice (governo-academia-empresa) e a Quádrupla-hélice (governo-academia-empresa-sociedade) da inovação.
27. Priorizar recursos financeiros para a disseminação do conhecimento científico em diferentes segmentos da sociedade.
28. Priorizar projetos de pesquisa que indicam claramente sua aplicabilidade e potencial impacto, respondendo perguntas específicas sobre beneficiários e métodos de implementação.
29. Garantir que pesquisadores de alto nível continuem exercendo seu papel, mas aprimorar a comunicação e a disseminação do conhecimento científico para alcançar a sociedade de maneira eficaz.
30. Fortalecer o papel da ciência em questões socialmente relevantes, como segurança alimentar, por meio de diálogo e colaboração com outros agentes, incluindo a indústria e organizações sociais.